

# UFAM: 100 anos de avanços e entraves.

Eduardo Cardoso Martins<sup>1</sup>

eduardo.cmartins@hotmail.com

## Introdução

Em 2009 a pioneira instituição universitária brasileira está completando um século de existência. Nesta data a Universidade Federal do Amazonas realmente pode comemorar este feito, todavia, também precisa repensar suas atitudes ao longo deste período. O objetivo deste trabalho é apresentar avanços e práticas conflitantes àqueles que buscam uma Educação Superior democrática, pública, gratuita e, principalmente, de qualidade. Para isso, faremos uma análise entre os dados oficiais da UFAM, especialmente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para então, refletirmos sobre alguns entraves entre o discurso institucional, as diretrizes legais e algumas práticas sociais observadas nesta organização.

Criada em 17 de janeiro de 1909, a Escola Universitária Livre de Manaus tinha o objetivo de ministrar os cursos das três armas, destinados à instrução militar de oficiais da Guarda Nacional, além de outros cursos como: Engenharia Civil, Indústrias, Ciências Jurídicas e Sociais, bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticas, Agrimensura, Agronomia e Letras. Em seguida iniciaram também os cursos de Odontologia e Medicina como já era previsto no artigo 1º do Estatuto de criação. Em 13 de julho de 1913, a Escola Universitária muda de nome, passando a chamar-se Universidade de Manaus. Após a sua desintegração em cursos isolados em 1926, foi refundada em 12 de junho de 1962, por força da Lei Federal 4.069-A, recebendo o nome de Universidade do Amazonas, e constituída pela reintegração das instituições de ensino superior isoladas que atuavam no Estado. Com a Lei Federal 10.468, de junho de 2002, a instituição passou a ser denominada Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

## 1. A NOVA UFAM

Apesar da idade, esta Instituição Centenária tem sido aprimorada e renovada em muitas áreas nos recentemente. Conhecida como a *Década da UFAM*, estes

---

<sup>1</sup> Mestrando em Linguística da Universidade de Brasília, UnB, bolsista da Fundação de Amparo a pesquisa do estado do Amazonas, FAPEAM, e egresso da graduação em Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

últimos anos foram marcados por profundas transformações institucionais tanto no meio acadêmico como no social.

Conforme afirma o PDI, a Primeira Universidade Brasileira tem mudado significativamente o seu perfil acadêmico com o expressivo aumento das suas atividades de pesquisa e pós-graduação, saindo de apenas 5 cursos de Mestrado credenciados pela CAPES/MEC no início de 2001, para os atuais 32 cursos de Mestrado e 8 de doutorado, com um aumento de 700% de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Igualmente importante foi o crescimento dos cursos de graduação. Estagnado durante anos, na última década o número de cursos já teve um aumento de 120%, segundo o PDI, passando de 1.736 vagas ofertadas no vestibular da graduação em 1998 para 5.064 somente nos cursos presenciais em 2009. Isto significa que neste período a Universidade dobrou sua capacidade de formação de recursos humanos de alto nível, tanto na graduação como na pós-graduação.

Para atender esta demanda, de 2001 a 2009 a UFAM disponibilizou 779 vagas para concurso na carreira do Magistério Superior e 457 para a carreira de Técnico Administrativo em Educação, alguns dos quais ainda se encontram em fase de conclusão, incluindo capital e interior. No caso dos professores, esse número é expressivo, comparado com o número de 761 de professores do quadro efetivo que a Universidade possuía na virada do século, novamente um crescimento superior a 100%.

De acordo com a LDB, no artigo 52, as universidades brasileiras precisam manter, pelo menos, um terço (33%) do corpo docente com titulação de mestrado ou doutorado, assim como, um terço dos docentes em regime de dedicação exclusiva. Buscando a excelência na educação, desde 2001, a UFAM garante o dobro deste percentual de profissionais titulados, isto é, pelo menos 66% dos docentes mestres e doutores, assim como mais de 75% em regime de dedicação exclusiva, índices que melhoram a cada ano segundo as estatísticas oficiais. Conforme o PDI, em 1996, a Instituição possuía somente 68 doutores enquanto hoje dispõe de mais de 400 doutores entre capital e interior do Estado.

Índices louváveis também podem ser encontrados em diversos setores. Aqui destacamos apenas três: Primeiramente o desenvolvimento dos projetos de extensão,

394 no total, implementando dezessete grandes programas, como o PACE – Programa Atividade Curricular de Extensão – alcançando o equilíbrio da tríade ensino-pesquisa-extensão e beneficiando um total de 850 mil pessoas da capital ao interior; Segundo, a modernização das salas de aulas com a substituição de velhas carteiras por conjuntos mais confortáveis e investimentos em equipamentos de multimídia; Por fim, o incentivo a produção científica, com a articulação para a criação da FAPEAM – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – uma das agências de fomento à pesquisa mais importante do nosso país, e ainda seus próprios programas institucionais *Pró-Congresso*, *Caxiri*, *Nhengatu* e *Tucandeira* que financiam e apóiam publicações de trabalhos em níveis nacionais e internacionais.

Acompanhando as mudanças acadêmicas, profundas transformações também ocorreram no meio social. Segundo afirma o artigo 46 das diretrizes pedagógicas da UFAM, reproduzida do artigo 47 da LDB, “a universidade oferecerá, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, garantida a necessária cobertura orçamentária.” Considerando esta instrução e uma enorme parcela da população amazonense que precisa conciliar o trabalho com o estudo, esta Universidade Amazônica deixou de ser predominantemente diurna e passou a ofertar muitos cursos no período noturno, em especial para as licenciaturas, com um aumento de 250% nas vagas neste turno.

Buscando ser um vetor estratégico para o desenvolvimento social, a UFAM criou em 2007 o Centro de Educação a distância (CED), que sistematizou a implementação de projetos e programas de ensino não-presencial atendendo hoje a 1.741 alunos nessa modalidade, nos cursos de Administração, Letras LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), Artes Plásticas, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Educação Física. Com a visão de promover a inclusão digital e social, o CED/UFAM tem como meta o aumento progressivo das vagas em todo o Estado, atingindo em 2015 aproximadamente a metade do número de alunos em cursos presenciais na UFAM, isto é, por volta de dez mil alunos, tornando-se, assim, um centro de excelência em Ensino a Distância para a região norte conforme regulamenta o artigo 80 da LDB.

Considerando a extraordinária extensão do Estado do Amazonas, que detém sozinho mais superfície do que os sete estados do sul e do sudeste juntos,

1.577.820,2 km<sup>2</sup> de área total, torna-se evidente o desafio de levar educação de qualidade a todos os cidadãos. Visando superar o gigantismo geográfico e a dispersão de mais da metade da população ao longo dos seus rios, a UFAM MULTIPAMPI é um dos projetos de maior relevância para o desenvolvimento socioeconômico da região. Com a implantação recente das cinco Unidades Acadêmicas permanentes nos municípios de Benjamim Constant, Humaitá, Coari, Itacoatiara e Parintins, a Universidade passou a oferecer mais 31 cursos de graduação, alguns inéditos na Instituição, a saber, Antropologia, Biotecnologia, Nutrição e Engenharia Ambiental, somando assim, 1.470 vagas para novos alunos a cada ano. Capacitadas com 405 docentes efetivos e 195 servidores técnico-administrativos em educação, essas Unidades oferecem qualificação para os 6.460 acadêmicos e novos horizontes para toda a população local que necessitava deslocar-se durante dias para ter acesso ao Ensino Superior público ou privado.

Dados institucionais mostram como tem sido intensivo o trabalho depreendido pela Universidade para adequação da estrutura física a fim de atender sua crescente demanda. Diversas obras em todos os setores somam mais cem mil metros quadrados que foram construídos, estão em construção ou em processo de licitação. Isto significa que a UFAM está dobrando os números de infra-estrutura que possuía em 2001 uma área construída de 103.786,32m<sup>2</sup>, mas que hoje já ultrapassa os 200.000,00 m<sup>2</sup> e ainda pretende alcançar a marca de 350 mil m<sup>2</sup> em 2015, contando todas as unidades acadêmicas, conforme metas do PDI 2006/2015.

## **2. A missão e a prática**

Atualmente, a UFAM tem como missão *cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia*. Esta missão tem reflexos importantes nas finalidades listadas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2006/2015, que, em essência, são especificações das finalidades do ensino superior, Art. 43 da LDB. Assim, ambos os documentos concordam que a Universidade tem os compromissos de:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo, sem discriminação de qualquer natureza;

- Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, e colaborar na sua formação contínua;

- Promover a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assim como a criação e a difusão da cultura, melhorando, desse modo, o entendimento do ser humano sobre o meio em que vive;

- Manter, a partir da preocupação com a realidade amazônica, compromisso com os povos indígenas, reconhecendo a dívida histórica da sociedade brasileira e construindo possibilidades concretas para sua inserção plena na vida universitária e no exercício da cidadania;

- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que forem sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do saber de cada geração;

- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os da região amazônica, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

- Promover uma extensão aberta à população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da cultura e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Percebemos uma grande sintonia entre o discurso institucional e a Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação, todavia, quando analisado frente às práticas sociais da realidade amazonense, alguns pontos não condizem com a prática.

Se a Instituição busca diplomar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, objetivando especialmente o desenvolvimento da Amazônia, é contraditório não encontrarmos entre seus 96 cursos nenhum voltado a área do turismo. Ignorando todo o potencial turístico da região norte, a segunda maior em representatividade no fluxo de turistas em todo o Brasil, a Universidade Amazônica

não oferece Ensino Superior voltado a estes profissionais em nenhum nível: graduação ou pós-graduação, curso seqüencial ou atividade de extensão, na capital ou no interior.

Em pesquisa apresentada em 14/12/2006 ao Ministério do Meio Ambiente, por meio do Proecotur - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, o potencial turístico na Amazônia é 650% maior do que o atual. O estudo informou que a Amazônia poderia receber até três milhões de visitantes e se tornar a campeã do turismo no Brasil, desbancando o Estado de São Paulo, primeiro lugar atual, com 38% dos turistas estrangeiros (mais de 2,4 milhões). Outras pesquisas realizadas pela *FIPE*, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e também pela *IPK International*, indicam que para chegar a esse patamar a região precisaria investir mais em infra-estrutura, capacitação das pessoas que recebem os turistas e, inclusive, em tecnologias ambientalmente corretas como energia solar e eólica, dados negligenciados justamente pela Instituição que deveria promover esta qualificação e pesquisa tecnológica.

Reconhecido internacionalmente, o ecoturismo, que compreende o turismo de selva, o turismo urbano, os cruzeiros marítimos e a temporada de pesca esportiva na Amazônia, atraiu mais de dois milhões de turistas entre os anos de 2003 a 2008. Considerando todo este potencial demonstrado, não podemos compreender a paralisia desta Universidade Centenária frente à oportunidade de um desenvolvimento regional sustentável. Realmente a UFAM está em débito com a sociedade no tocante ao turismo amazônico.

Outra grave inconsistência no discurso institucional é o compromisso com os povos indígenas. Segundo o atlas interativo de Línguas em perigo no mundo, 190 línguas indígenas correm o risco de desaparecer no Brasil, sendo 45 delas classificadas na categoria de risco mais elevado. O Atlas também aponta que 12 línguas já foram consideradas extintas no Brasil, desde os anos 50, sendo praticamente todas da região amazônica. Se tanto o PDI quanto a LDB (Art. 43) afirmam que o ensino superior tem por finalidade “*promover a divulgação de conhecimentos culturais, que constituem patrimônio da humanidade*”, e “*estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais*” (da região amazônica no caso), como é possível que ao longo deste

século a UFAM não tenha criado mecanismos de larga escala para o estudo científico e revitalização destas culturas indígenas tão ameaçadas?

Reconhecemos que na última década foram realizados alguns encontros, seminários, conferências de educação, semanas pedagógicas/acadêmicas, e recentemente, uma Licenciatura em *Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável* exclusiva para os indígenas, além da criação dos cursos de mestrado e doutorado em Antropologia Social, Sociedade e Cultura na Amazônia e o mestrado em Sociologia. Contudo, notoriamente estes cursos têm contingente reduzido de pesquisadores (como é característico da pós-graduação em todo país), e ainda, nem todos os estudiosos estão voltados a questão indígena. Por que até hoje não foram criados cursos de graduação abertos a população em geral voltados a este fim? Como, por exemplo, graduação em Antropologia (também na sede, para não deslocar o estudante até o interior do Estado), necessário para documentação dos costumes, crenças e da cultura dos povos; e/ou graduação em Sociologia, importante para o estudo científico das relações sociais, da organização e do funcionamento de tais sociedades; e/ou também, graduação em Linguística, fundamental a descrição e revitalização deste patrimônio imaterial que são as línguas indígenas. Não afirmamos que nada foi feito, apenas defendemos que medidas temporárias, isoladas e paliativas não diminuem a gravidade da questão indígena.

Segundo o professor Aryon Dall'Igna Rodrigues, uma das maiores autoridades em línguas indígenas no Brasil, "*Quando morre uma língua, grande parte da cultura associada a ela desaparece, cada língua é uma cultura e uma visão de mundo*". Segundo ele, nos últimos 500 anos, desapareceram 85% dos idiomas indígenas brasileiros, que corresponde à morte de aproximadamente 1.100 das línguas originais. Hoje, restam apenas 180 línguas e a mais disseminada é a Tikúna, que alcança apenas 30 mil falantes em tribos do Alto do Solimões, na Amazônia, 4.500 na Colômbia e 4.200 no Peru. Segundo algumas estimativas, uma língua desaparece a cada quinze dias no mundo, o que implica que mais da metade das culturas e das línguas faladas no mundo correm o risco de desaparecerem até o final do século se nada for feito a respeito.

Considerando a grandiosa diversidade étnica do Estado do Amazonas, aproximadamente 120 mil indivíduos em 66 etnias que falam 29 línguas de acordo com o programa Amazonas Indígena, é urgente que medidas efetivas e de larga

escala sejam tomadas pela Universidade Federal do Amazonas com o fim de evitarmos que tamanho patrimônio imaterial da humanidade seja perdido. A falta de programas de graduação e pós-graduação em Linguística é inaceitável e demonstra o descaso histórico nas questões lingüístico-culturais.

Conforme a LDB, artigo 53, a Universidade tem autonomia de criar, organizar, modificar e extinguir cursos e programas de Ensino Superior, dentro dos recursos orçamentários disponíveis; sabendo que as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional para o Ensino de Graduação (p. 59) prevêem a criação de trinta novos cursos, pelo Projeto de Expansão das Unidades Fora da Sede, com criação de 1.470 vagas por ano até 2011, esperamos que sejam consideradas as necessidades e peculiaridades da sociedade amazonense, pois, nestes cem anos de existência, não demonstrou-se interesse político-econômico em alguns pontos, fato comprovado pela ausência nesta Universidade de outros cursos igualmente fundamentais para o desenvolvimento regional como Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Logística, Arquitetura e Urbanismo, etc.

Outra questão de alta relevância é referente ao currículo universitário atual. Apesar de pouco abordado na Lei de diretrizes e bases, somente dez citações e apenas uma referindo-se ao Ensino Superior, o currículo possui grande impacto na formação de qualquer profissional. Na UFAM, segundo o PDI, os cursos de graduação passam por um processo de reforma curricular até 2010, atendendo às necessidades de modernização dos Projetos Político-Pedagógicos de cada curso. A reestruturação acadêmico-curricular tem como objetivo incorporar atividades de extensão, como previsto no Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172 de 09/01/2001, além de reduzir as taxas de evasão dos alunos, flexibilizar o ensino e torná-lo interdisciplinar, de acordo com as novas configurações das Diretrizes Curriculares Nacionais. O uso de estratégias inovadoras que promovam a qualidade do processo ensino-aprendizagem aparece como uma das principais metas para a graduação demonstrada no Plano de Desenvolvimento Institucional (p. 59).

Porém, o mesmo documento reconhece na (p. 113) o desafio que é promover a mudança de um paradigma educacional para o outro. Apesar de um esforço constante por parte da pró-Reitoria de Ensino e Graduação – PROEG – tem sido mínima a adesão às Diretrizes Curriculares Nacionais, não passando dez cursos reestruturados até a publicação do PDI. A maior parte dos cursos ainda está



estruturada com base no modelo de Currículo Mínimo, cuja organização promove uma estrutura curricular segmentada e impermeável a qualquer esforço de flexibilização. Este sistema impõe ao estudante uma série de pré-requisitos prejudicando a mobilidade acadêmica, o tempo médio de formatura do aluno, o diálogo entre os campos de conhecimento e impossibilitando uma formação profissional holística. O Reflexo das desatualizações na Grade Curricular e no Projeto Político-Pedagógico pode ser visto na baixa nota 2, em uma escala de 1 a 5, no curso de Medicina no ENADE de 2008, ocasião em que o Magnífico Reitor reconheceu a desatualização do Projeto Político-Pedagógico elaborado em 1985. O currículo não pode mais se sustentar dessa maneira. Há necessidade da elaboração de um currículo social onde as diferentes ideologias possam ser contempladas e os cidadãos “passem a ter direitos a ter direitos”, a igualdade e a diferença, onde as diferentes visões de mundo possam ser levadas em consideração e respeitadas (MOREIRA & SILVA,2000).

Além dos pontos citados, a Universidade Federal do Amazonas reconhece no próprio documento Institucional (p. 109) que precisa melhorar outros pontos como: promover uma biblioteca central com todas as condições necessárias; melhorar os ambientes de aprendizagem virtual; multiplicar o número de salas de informática com acesso a internet; e oferecer um suporte financeiro aos estudantes com fragilidade econômica, em alguns casos direto, com bolsas de estudo, de manutenção (permanência do aluno) ou de trabalho; e em outros casos, indireto, com restaurante universitário de qualidade e subsidiado, residência estudantil digna e transporte no campus universitário para afinal, no conjunto da obra, alcançarmos uma Educação Superior verdadeiramente de qualidade.

### **Considerações finais**

Portanto, grandes desafios foram superados neste século, mas ainda outros obstáculos se impõem. Percebemos que o desenvolvimento sustentável do Estado encontra na valorização do homem, especialmente na sua educação, o suporte básico para a sua concretização. Quanto mais as pessoas tiverem acesso à formação de alto nível, mais terão condições de participar ativamente das mudanças sociais, políticas e econômicas que a sociedade amazonense tanto precisa.

Contrariando dados que apontam a saturação do mercado de trabalho em várias profissões em outras regiões, o Amazonas para desenvolver-se realmente

necessita de mão de obra qualificada em todas as áreas do conhecimento, e é função da Universidade promover este intercâmbio permanente entre o ensino, a sociedade e o mundo do trabalho. Desta forma, torna-se urgente a criação de cursos específicos em diversas áreas e turnos, além da ampliação e reaproveitamento das vagas ociosas para o atendimento da crescente demanda de acesso à educação superior pública no Estado.

Não podemos ser simplistas a ponto de indicar soluções para as dificuldades da Universidade pública, mas sabemos qual o caminho a ser percorrido. A continuidade e manutenção dos índices demonstrados pela UFAM na última década certamente fará da primeira Universidade Brasileira também uma das maiores do país em estrutura e excelência.

Fazendo um balanço geral dos pontos fortes e fracos da UFAM, precisamos reconhecer e valorizar suas conquistas, pois frente aos imensos desafios a ela imposta, a Universidade Amazônica tem procurado atingir bons padrões no ensino, na pesquisa e na extensão, contribuindo para a formação dos cidadãos do norte do país e para o desenvolvimento regional.

## Referências

CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FEITOZA, Mirna.(2009) *UFAM cem anos de história*. Revista Amazonas Faz Ciência. N° 12, ano 5: 26-31.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução*. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). *Currículo Cultura e Sociedade*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2000. p. 7 – 38.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. *Boletim estatístico n° 27*. Manaus, UFAM: 2005. Em [http://www.ufam.edu.br/instituicao/pro\\_reitorias/proplan/Boletim2004/Boletim.htm](http://www.ufam.edu.br/instituicao/pro_reitorias/proplan/Boletim2004/Boletim.htm)

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI- UFAM-2006-2015*. Manaus, UFAM: 2005. Em <http://www.ufam.edu.br/> acesso em 19/06/09.

\_\_\_\_\_. *À comunidade acadêmica – por Hidembergue Ordozgoith da Frota*. Manaus, UFAM: 2009. Em <http://www.ufam.edu.br/> acesso em 04/07/09.

Dados digitais

<http://www.onda.eti.br/revistaintercambio/conteudo/arquivos/1012.pdf>

acesso em 12/08/09

[http://www.amazonastur.am.gov.br/dsv/download/img\\_download/20090511114810sintes e\\_indicadores\\_2003\\_2008.pdf](http://www.amazonastur.am.gov.br/dsv/download/img_download/20090511114810sintes e_indicadores_2003_2008.pdf)

acesso em 01/08/09

<http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticiaImprimir&id=228530>

acesso em 01/08/09

<http://portalamazonia.globo.com/pscript/noticias/noticias.php?pag=old&idN=66954>

acesso em 05/08/2009